



Federação Nacional dos Metroviários

Caderno de **EMENDAS**



Dias: 25, 26, 27 e 28
Atibaia – São Paulo

**Regimento interno
e Emendas ao
texto-base**

Regimento Interno

O 4º Congresso Nacional dos Metroviários será realizado nos dias 25, 26, 27 e 28 de agosto de 2011. A solenidade de abertura do Congresso, acontecerá na sede do Sindicato dos Metroviários de São Paulo no dia 25 de agosto, às 19h, e as demais etapas dos trabalhos se realizarão no Atlântida Park Hotel, no município de Atibaia, São Paulo.

Art. 1 – Este Regimento Interno regulamenta o funcionamento e dinâmica do 4º Congresso Nacional dos Metroviários, estabelecendo o funcionamento das plenárias e dos trabalhos em grupos, bem como as responsabilidades da Comissão Organizadora.

Art. 2 – O Congresso deverá debater em suas plenárias e trabalhos de grupo os seguintes temas:

- a) Conjuntura Internacional e Nacional;
- b) O movimento sindical, a criminalização dos movimentos sociais e práticas antissindicalistas;
- c) A situação do setor de transporte e as políticas de privatização;
- d) Balanço da Fenametro;
- e) Plano de lutas;
- f) Alterações Estatutárias; e
- g) Eleição da nova direção da Fenametro

Art. 3 – Serão delegados e delegadas os metroviários e metroviárias em dia com sua entidade e que forem eleitos em assembleias gerais, setoriais ou processos eleitorais chamados para este fim, na proporção de um (01) delegado para cada cento e cinquenta (150) trabalhadores na base da categoria.

Art. 4 – Serão delegados natos os membros da direção executiva, da direção plena e do Conselho Fiscal que encerram seu mandato neste Congresso, assim como os presidentes e /ou coordenadores gerais dos sindicatos filiados, conforme art. 10º, parágrafo 4º do Estatuto da Fenametro.

Art. 5 – Cada entidade poderá designar no máximo 10(dez) observadores ou observadoras ao 4º Congresso, desde que assumam os custos de transportes, hospedagem e alimentação dos mesmos.

Art. 6 – A inscrição dos delegados e delegadas eleitos deverá ser feita até o dia 28 de agosto de 2011. Assim como o pagamento da taxa de inscrição

no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por delegado.

Art. 7 – O credenciamento de delegados e delegadas titulares e natos terá início às 13h do dia 25 e encerramento às 17h do dia 26 de agosto. O credenciamento dos suplentes terá início às 17h do dia 26 de agosto e encerramento às 10h do dia 27 de agosto.

Parágrafo único – Será considerado titular, o suplente que assumiu a vaga do titular e foi oficialmente informado pelo Sindicato antes do dia de início do credenciamento.

Art. 8 – A Plenária Geral é órgão máximo e soberano do Congresso cabendo-lhe discutir, aprovar ou rejeitar, em parte ou na totalidade, este Regimento Interno, os recursos apresentados, as conclusões dos grupos de trabalho, o Relatório Final e tomar quaisquer outras medidas de seu interesse.

Art. 9 – A Plenária Geral será composta pelos delegados e delegadas, com direito a voz e voto, bem como pelos observadores (as) e convidados (as) que terão direito apenas a voz.

Art. 10 – Estão prevista três Plenárias Gerais: uma na abertura, outra no dia 26 de agosto e a Plenária Final no último dia do Congresso. Em casos absolutamente excepcionais a Comissão Organizadora do Congresso poderá convocar uma sessão extraordinária da Plenária Geral.

Art. 11 – a Plenária Geral elegerá no dia 26 de agosto, uma Mesa Diretora que deverá se responsabilizar pela coordenação do Congresso, das mesas da Plenária e apresentar o Relatório Final das Resoluções do Congresso.

Art. 12 – Integrarão os documentos que serão debatidos pelos delegados nos grupos de trabalho e plenárias, o texto base que orientarão os debates elaborados pela Direção Nacional e as emendas apresentadas por metroviários e metroviárias até o dia 08/08/2011.

Art. 13 – Os grupos de trabalho se reunirão nos dias 26 e 27 de agosto e serão formados pelos delegados, delegadas, observadores e convidados devidamente credenciados.

Art. 14 – Os participantes dos grupos serão distribuídos equitativamente em, no máximo, quatro grupos.

Art. 15 – Os observadores e convidados terão direito apenas a voz nos grupos de trabalho.

Art. 16 – Aos grupos de trabalho compete discutir e decidir sobre as matérias constantes do Temário do Congresso.

Art. 17 – Cada grupo elegerá uma mesa para dirigir os trabalhos, composta por 01 coordenador (a), 01 secretário (a) e 01 relator (a).

Art. 18 – Cada delegado e delegada devidamente credenciado terá direito a 01(um) voto, não sendo permitidos votos por procuração.

Art. 19 – Todo (a) delegado (a), observador (a) e convidado (a) que desejar intervir nos grupos e nas Plenárias deverá se inscrever previamente, mediante a entrega de crachá à Mesa e o fará segundo a ordem de inscrição.

Art. 20 – As votações nos grupos ou nas Plenárias serão feitas mediante o levantamento dos crachás.

Art. 21 – Em caso de dúvida, a apuração dos votos será feita mediante contagem individual das credenciais.

Art. 22 – Os grupos de trabalho e a Plenária Geral estabelecerão o tempo de intervenção para cada participante.

Art. 23 – É vedada a cessão de tempo de um delegado (a) para outro (a).

Art. 24 – As deliberações nos grupos e nas Plenárias serão tomadas por maioria simples dos votos.

Art. 25 – Serão encaminhadas à Plenária Final todas as emendas e moções que alcancem 1/3 dos votos do grupo.

Art. 26 – As moções deverão ser atinentes a quaisquer problemas de interesse geral ou específicos dos trabalhadores.

Art. 27 – Na Plenária Final as emendas oriundas dos grupos de trabalho serão colocadas em discussão e submetidas à votação do Plenário na ordem do Temário do Congresso. As moções serão analisadas e votadas após a discussão e votação das emendas. Finalmente a Mesa submeterá à votação o Relatório Final das Resoluções do Congresso.

Art. 28 – Ocasos omissos relativos ao desenvolvimento geral do Congresso serão resolvidas pela Mesa Diretora, cabendo recurso final à Plenária Geral.

Art. 29 – A Programação do 4º Congresso Nacional dos Metroviários será a seguinte:

Horário	Atividade
Dia 25 de agosto – Quinta Feira	
13 às 18h30	Credenciamento dos titulares
19h	Solenidade de Abertura
20h30	Homenagem aos 30 anos dos Sindicatos dos Metroviários do Rio de Janeiro e de São Paulo
21h	Deslocamento para Atibaia
22h30	Lanche para os Congressistas
Dia 26 de agosto – Sexta Feira	
07 às 08h30	Café da Manhã
08 às 17h	Credenciamento dos titulares
9h	Eleição da mesa, aprovação do Regimento e apreciação de recursos
10h	Exposição sobre Conjuntura e Movimento Sindical – CUT, CTB, CONLUTAS, INTERSINDICAL
11h	Pausa para o café
11h15	Perguntas
12h	Considerações finais dos debatedores
13h às 14h30	Almoço
14h30	Trabalhos em Grupo
17h às 19h	Credenciamento dos suplentes
19h00	Churrasco de Confraternização
Dia 27 de agosto - Sábado	
7h às 8h30	Café da Manhã
8h às 10h	Credenciamento dos suplentes
9h	Debate sobre Terceirização e Criminalização do Movimento Sindical
10h30	Pausa para o café
10h45	Debate sobre A Mulher e o Mercado de Trabalho
12h às 13h	Exposição do Estudo Psicológico sobre Pilotos DF
14h30	Trabalho em Grupo
19h	Jantar
Dia 28 de agosto - Domingo	
7h às 8h30	Café da Manhã
9h	Plenária Geral de Aprovação das Resoluções
10h30 às 11h	Pausa para o café
11h	Prazo final para inscrições de chapas
12h	Eleição da direção
13h	Posse da Direção Eleita
14h às 15h	Almoço
15h	Retorno aos Estados

CADERNO DE EMENDAS

Conjuntura Internacional

Emenda 1 - aditiva

Em artigo recente o premio Nobel de economia Paul Krugman critica o fato de as principais economias não entenderem as causas da crise de 2008. Ela se baseia nas saídas que estes países vêm adotando para reverter a situação: O controle do gasto público. Justamente o contrário do que deve ser feito.

Eduardo Pacheco – SP - CUT

Emenda 2 – aditiva

O corte dos investimentos irá prolongar a agonia do sistema econômico internacional com as baixas perspectivas de crescimento e as consequências sociais podem ser vista em todo o chamado primeiro mundo, desemprego em massa, precarização do serviço público, crescimento da miséria e exclusão social e manifestações populares cada vez mais graves e intensas. Todo esse movimento tem por único objetivo a remuneração do capital, o que pode ser claramente observado com os valores para salvar os bancos e as grandes empresas.

Marlene – SP – CUT

Emenda 3 – aditiva

Celso Amorim – novo ministro da defesa - retire as tropas brasileiras do Haiti.

Nesse dia 4 de agosto, a presidente Dilma Rousseff demitiu o ministro da Defesa, Nelson Jobim. Para o posto foi escolhido o ex-ministro das Relações Exteriores do governo Lula, Celso Amorim. A troca foi criticada pela oposição de direita e pelos militares, e comemorada por muitos setores de esquerda.

Altino de Melo Prazeres Júnior

Emenda 4 – aditiva

Um aspecto fundamental da política externa que é sempre “esquecido”. Desde 2004 o Brasil lidera tropas militares que ocupam o Haiti. Sob a justificativa de “ajuda humanitária”, os soldados da ONU que fazem parte da Minustah, já reprimiram inúmeras vezes mobilizações de trabalhadores e estudantes no país.

Raimundo Borges Cordeiro A. Filho

Emenda 5 – aditiva

Os soldados comandados pelo Brasil de Lula e Dilma atuam para estabilizar o país, reprimir os movimentos sociais e garantir os interesses dos EUA na região. Recentes divulgações de telegramas diplomáticos, pelo WikiLeaks, confirmam isso.

Vânia Maria Gonçalves

Emenda 6 – aditiva

Já em 2008, quando o Haiti enfrentava uma grave crise devido à inflação dos alimentos, a embaixada norte-americana se reuniu com os donos das fábricas que prestavam serviços a grandes empresas. O motivo: alertar para que os empresários não cedessem às mobilizações pelo aumento do salário mínimo. Na época, as tropas agiram de acordo com essa orientação e reprimiram duramente as manifestações.

Willian Douglas Gomes Martins

Emenda 7 – aditiva

É hora de exigir a retirada das tropas.

Coincidentemente, dias antes de ser nomeado ministro por Dilma, o ex-chanceler de Lula concedeu uma entrevista em que defende a retirada das tropas do Brasil do Haiti. Celso Amorim afirma que o objetivo da missão já havia sido cumprido e que a relação entre o Brasil e o Haiti deveria ser de “natureza econômica e social”.

Antônio Carlos Freire Antunes

Emenda 8 – aditiva

Alçado à condição de ministro, é improvável que ele mantenha essa posição. Até mesmo porque participou diretamente de todas as etapas da montagem desta ocupação militar.

José Carlos dos Santos

Emenda 9 – aditiva

Mas, independentemente das avaliações que fazemos sobre o governo Lula e mesmo sobre o governo Dilma, é hora de exigirmos que Celso Amorim, agora à frente do Ministério da Defesa, faça jus às suas próprias palavras e atue pela imediata retirada das tropas brasileiras do Haiti e o fim definitivo da ocupação militar no país.

Celso Trapaga Borba

Emenda 10 – aditiva

O 4º congresso da Fenametro exige do novo ministro da Defesa e do governo Dilma que o Brasil retire todos os seus soldados do Haiti. Deixemos de lado essa mentira, de que os haitianos não conseguem dirigir o seu país. Pois não é livre um país que ocupa outro.

Narciso Fernandes Soares

Emenda 11 – aditiva

Todo apoio à luta do povo na Síria contra Assad.

Como parte do processo de levante dos povos árabes por sua libertação, há cinco meses ocorre um levante anti-governamental da população contra a ditadura de Bashar

al-Assad na Síria. Essa luta já custou mais de 1.500 mortes e mais de 10 mil presos ou desaparecidos.

Altino de Melo Prazeres Júnior

Emenda 12 – aditiva

A cidade de Hama é o centro dessa luta e por isso o exército sírio usa artilharia pesada diretamente contra áreas residenciais. Faz bombardeios com o emprego de tanques e até com helicópteros. Francos atiradores atiravam em dezenas de pessoas desarmadas. Animais são abatidos, e as colheitas são queimadas.

Raimundo Borges Cordeiro A. Filho

Emenda 13 – aditiva

As famílias são obrigadas a enterrar os seus mortos em parques ou nos jardins das próprias habitações por medo de serem atingidas. Mas os residentes armam barricadas nas ruas e estão dispostos a defender a cidade “com pedras se preciso for”.

Vânia Maria Gonçalves

Emenda 14 – aditiva

E os habitantes das cidades vizinhas estão erguendo barreiras nas estradas para tentar dificultar as linhas de abastecimentos do exército. Não é a primeira vez que a cidade de Hama é palco de confrontos mortíferos. Foi lá que, em 1982, Hafez al-Assad, o pai do atual presidente sírio, lançou uma ofensiva contra opositores do seu regime causando então 40 mil mortes.

Willian Douglas Gomes Martins

Emenda 15 – aditiva

Manifestações ocorrem em todo o país

O povo sírio continua a realizar heróicas manifestações contra o regime sanguinário de Bashar al-Assad em todo o país.

Elas ocorrem em cidades grandes como no noroeste em Homs e Alepo; nos distritos de Sleibeh e Raml al-Filistini, da costeira Latakia; nos subúrbios da capital Damasco; na cidade de Albu Kamal, na fronteira com o Iraque.

Antônio Carlos Freire Antunes

Emenda 16 – aditiva

Também ocorrem manifestações em Deraa e outras aldeias da planície de Hauran, no Sul; e até acampamentos de refugiados na Turquia.

Ameaçada por deserções nas Forças Armadas e pela resistência do movimento popular, o Estado sírio está tentando esmagar as manifestações populares com assassinatos em massa.

José Carlos dos Santos

Emenda 17 – aditiva

Com isso se aproxima de um cenário de guerra civil, seguindo o roteiro de Muammar Kadafi, da Líbia, e o rei

Hamad bin Isa al-Khalifa, do Bahrein. A resistência está assumido caráter armado em algumas regiões. Homens armados atacam tribunais e delegacias de polícia.

Celso dos Santos Martins

Emenda 18 – aditiva

Se o movimento popular está tomando as armas depois de semanas de protestos e repressão, é porque cresce, rapidamente, apesar das mortes e prisões. Na verdade, os horrores infligidos pelo regime têm radicalizado o movimento, que se num primeiro momento foi localizado, assumiu logo um caráter nacional.

Letícia Prado Ventura

Emenda 19 – aditiva

Formaram-se Comitês de Coordenação Local em algumas partes, que tentam vincular os protestos e apresentar uma plataforma básica, que começa com a derrubada de Bashar al-Assad e uma conferência nacional que visa “a transição do país para um Estado democrático e pluralista baseada na liberdade e igualdade para os cidadãos sírios.”

Marcelo Alves Oliveira

Emenda 20 – aditiva

É difícil medir a força da oposição, seja pela falta de informação, seja por que ela mesma é dividida entre ativistas na Síria e grupos de exilados, todos com diversos matizes políticos, variando de pró-imperialistas, democratas e socialistas.

Narciso Fernandes Soares

Emenda 21 – aditiva

Mas a força desta revolução, como em toda região, está com as mulheres e os homens que iniciaram a luta pela democracia protestando contra a tortura e o assassinato de seus compatriotas.

Alexandre Carvalho Leme

Emenda 22 – aditiva

São trabalhadores que participam em manifestações e greves, soldados que se amotinam contra seus comandantes, mães que ignoraram as ameaças de selvageria.

Eles são a esperança de todos que querem ver a revolução árabe crescer em toda região.

Viva a luta do povo sírio!

Abaixo a ditadura e o regime de Bashar el Assad! Viva a revolução síria e árabe! Fora imperialismo!

Celso Trapaga Borba

Emenda 23 – aditiva após paragrafo 11

Repúdio à entrega de dirigentes da oposição colombiana feita por Chaves ao governo da Colômbia.

Desde fins do ano passado Chávez e Santos (novo presidente da Colômbia) anunciaram uma nova etapa de relações entre os governos da Colômbia e Venezuela. Uma relação de cooperação.

Altino de Melo Prazeres Júnior

Emenda 24 – aditiva

Como o próprio Chávez denunciava ferozmente antes de sua “amizade” com Santos, o regime colombiano é responsável pela perseguição, prisão e assassinato seletivo de milhares de pessoas por sua oposição ao regime, ou simplesmente por lutar por seus direitos mais elementares.

Raimundo Borges Cordeiro A. Filho

Emenda 25 – aditiva

Recordemos que a Colômbia detém o “record mundial” de maior número de assassinatos de sindicalistas do mundo (60% do total), e de presos políticos (7.500 e subindo). Só em 2011 morreram por tortura, e por recusa de atendimento médico, oficialmente reconhecidas, 5 pessoas nas prisões colombianas (as “extra-oficiais” rondam centenas).

Vânia Maria Gonçalves

Emenda 26 – aditiva

Durante este mesmo ano o governo Chávez entregou 7 pessoas supostamente relacionadas com as FARC ao governo ultra-reacionário de Santos. Os casos mais ecoados são os de Joaquín Pérez Becerra e de Julián Conrado, que geraram uma onda de indignação, mas sobretudo de confusão nas fileiras da esquerda em nível mundial.

Willian Douglas Gomes Martins

Emenda 27 – aditiva

A prisão e entrega de Joaquín Pérez Becerra

No último dia 23 de abril foi detido em território venezuelano o jornalista Joaquín Pérez Becerra, fundador e atual diretor da Agência de Notícias Nova Colômbia (ANNCOL).

Antônio Carlos Freire Antunes

Emenda 28 – aditiva

Desde 1996 Pérez vem denunciando, através da ANNCOL, as sistemáticas violações aos direitos humanos que o Estado colombiano comete diariamente. Este é seu verdadeiro crime: dizer a verdade sobre o que ocorre nesse país.

José Carlos dos Santos

Emenda 29 – aditiva

O mais grave é que o governo Chávez devolveu um refugiado (alguém que teve que sair de seu país devido à perseguição, e o perigo que corria sua vida devido a

sua militância política) a um governo reconhecido por violar sistematicamente os direitos, inclusive assassinar, àqueles que se lhe opõem.

Celso dos Santos Martins

Emenda 30 – aditiva

Sua entrega foi feita rapidamente, buscando o menor impacto na imprensa. A ordem, o próprio Chávez admitiu-o, foi feita via telefone por Santos. O governo venezuelano, válida e legítima assim os julgamentos do Estado colombiano que acusa Pérez de ser um terrorista, baseados na infinita informação do computador de Raúl Reyes, da INTERPOL e da CIA.

Leticia Prado Ventura

Emenda 31 – aditiva

A detenção de Julián Conrado “O cantor das FARC”

No último dia 1 de junho foi detido Julián Conrado (Seu nome verdadeiro é Guillermo Torres Cueter), no estado de Barinas. Sua detenção foi feita em uma operação conjunta entre o DAS colombiano, e a polícia venezuelana, a partir de um pedido feito pela segurança de Estado colombiana.

Marcelo Alves Oliveira

Emenda 32 – aditiva

Solidariedade internacional em defesa dos lutadores da colômbia.

O 4º Congresso da Fenametro repudia a entrega dos dirigentes colombianos ao governo da Colômbia. E vem a público fortalecer a luta contra a perseguição e assassinatos dos lutadores na Colômbia e exigir a ruptura do pacto de Chávez e Santos.

Narciso Fernandes Soares

Emenda 33 – aditiva

O pacto este que não se restringe à colaboração em matéria comercial, mas é também um pacto de colaboração diplomática, militar e em matéria de segurança.

Devemos exigir também que o governo Chávez ao romper este pacto, que se publique tudo o que foi negociado em segredo, e que a colaboração em matéria de segurança e militar com o imperialismo, através do governo Santos cesse já.

Alexandre Carvalho Leme

Emenda 34 – aditiva

Uma coisa é fazer um tratado comercial com um governo reacionário, coisa que não é necessariamente má. Outra coisa é utilizar como moedas de troca, dirigentes de oposição, somar-se ao governo, à “Luta contra o narcotráfico” do imperialismo com a que se justifica a militarização da região, e inclusive chegar a chamar às massas a considerar o governo de Santos como um aliado.

Celso Trapaga Borba

Emenda 35 – aditiva

CUBA - Defendamos os trabalhadores contra o ajuste capitalista do governo cubano

Recentemente, o Estado cubano anunciou a demissão de 500 mil (10% da força trabalhista), como parte de um plano de ajuste bem mais profundo. Para o governo cubano e seus defensores nacionais e internacionais, essas medidas são apresentadas como uma necessidade para “defender” e “modernizar o socialismo”.

Altino de Melo Prazeres Júnior

Emenda 36 – aditiva

Pelo contrário, a única explicação real é que estas medidas são a consequência inevitável do fato de o capitalismo já ter sido restaurado em Cuba, e só podem ser entendidas nesse marco, como uma resposta de um governo capitalista à atual crise econômica internacional e cubana em particular.

Raimundo Borges Cordeiro A. Filho

Emenda 37 – aditiva

Demissão de 1 milhão e cortes nos subsídios

A demissão desse meio milhão de trabalhadores integra um plano de ajuste bem mais global e contínuo: à cifra inicial se somará um número igual de demissões nos próximos cinco anos. Isto é, o Estado cubano vai despedir 20% da força de trabalho do país, 1 milhão de trabalhadores.

Vânia Maria Gonçalves

Emenda 38 – aditiva

Outras medidas de ajuste são o fechamento dos restaurantes populares subsidiados e o fim da caderneta de entrega de produtos alimentícios básicos a baixíssimos preços, um componente muito importante na cesta básica de consumo dos setores mais pobres.

Willian Douglas Gomes Martins

Emenda 39 – aditiva

A isto se soma o recente anúncio de que educação e saúde públicas deixarão de ser universalmente gratuitas e que vai começar a ser aplicado “um pagamento total ou parcial”. Como em outros governos capitalistas de todo mundo, tratam de dourar a pílula e dizem que “somente pagarão os setores de maiores rendimentos”, um argumento que já sabemos como termina pela experiência de outros países.

Antônio Carlos Freire Antunes

Emenda 40 – aditiva

Ao mesmo tempo, o governo cubano está prestes a autorizar ao grupo britânico Esencia Hotels & Resorts, associado com a empresa cubana Palmares S.A., a cons-

trução de 16 novos campos de golf privados nos quais, além disso, terão moradias de luxo para estrangeiros, em lugares paradisíacos como Varadero e Pinar del Rio.

José Carlos dos Santos

Emenda 41 – aditiva

Se enumerássemos estas medidas, sem dizer em que país são aplicadas, todo mundo chegaria à conclusão de que se trata de um clássico plano de ajuste capitalista que ataca os trabalhadores em benefício das empresas e seus lucros, como o que aplicam os governos da Grécia, Espanha ou França.

Celso dos Santos Martins

Emenda 42 – aditiva

Sem dúvidas, diante destes ataques, toda a esquerda chamaria a lutar contra esses planos e apoiaria as greves e manifestações que fizessem os trabalhadores, como acaba de acontecer na Europa.

Letícia Prado Ventura

Emenda 43 – aditiva

Esse processo de implantação de medidas capitalistas em Cuba, iniciaram em 90, com a dissolução da Junta Central de Planejamento (1992), a autorização às empresas para comercializar livremente com o exterior e a Lei de Investimentos Estrangeiros (1995) que permitiu a existência de empresas privadas estrangeiras com direito a repatriar até 100% de seus lucros.

Assina: Marcelo Alves Oliveira

Emenda 44 – aditiva

Basta de manchar o nome do socialismo

Aqueles que honestamente crêem defender o socialismo apoiando e justificando estas medidas prestam um desserviço à verdadeira luta dos trabalhadores. Porque milhões de trabalhadores no mundo, ao ver a realidade cubana ou chinesa, vão pensar: “para que lutar pelo socialismo se significa a mesma exploração ou o mesmo plano de ajuste que vivo sob o capitalismo?”.

Narciso Fernandes Soares

Emenda 45 – aditiva

A verdadeira defesa do socialismo passa hoje em Cuba por impulsionar a luta dos trabalhadores contra este plano de ajuste e apoiá-las e defendê-las quando essas lutas surgirem. Passa também por exigir as liberdades democráticas, o direito de greve e a possibilidade de organizar livremente sindicatos independentes do estado para que os trabalhadores possam se defender dos ataques do governo.

Alexandre Carvalho Leme

Conjuntura Nacional

Emenda 46 – aditiva

Não podemos afirmar categoricamente que o processo democrático está consolidado na América Latina e, particularmente no Brasil. As elites conservadores (através da mídia e no Congresso Nacional) vêm dando sinais explícitos de sua insatisfação com a inversão (iniciada no Governo Lula) da hegemonia histórica que orientou até 2002 a gestão do Estado e sua relação com o setor privado.

Eduardo Pacheco – SP – CUT

Emenda 47 – aditiva

A crise atual permite que questionemos com mais intensidade os pilares da dominação capitalista. Sua superação deve resultar da construção de um modelo alternativo, democrático e popular com horizontes transitórios para a sociedade socialista. É nesse sentido que se localizam os projetos de Estado e de desenvolvimento defendidos por nós, que são antagônicos aos atuais, hegemônicos pelo capital.

Marlene Furino – SP – CUT

Emenda 48 - aditiva

Por todo o país temos assistido ao crescimento das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras. Às mobilizações generalizadas que atingem o setor da educação em todas as regiões do país somam-se greves no setor metalúrgico, da construção civil, na mineração, dos servidores municipais, servidores estaduais, e em mais uma longa lista de setores, que buscam melhorar seus salários e condições de trabalho

*Altino de Melo Prazeres Júnior –
Sind. Metroviários SP*

Emenda 49 - aditiva

Os servidores públicos federais lutam pela valorização do serviço público e pela melhoria dos seus salários. Bombeiros e policiais de praticamente todos os estados cobram melhores salários e condições de trabalho. Os estudantes lutam por um ensino público de qualidade e direito ao transporte.

*Paulo Roberto Veneziani Pasin -
Sind. Metroviários SP*

Emenda 50 - aditiva

No campo segue a luta pela reforma agrária. A ela soma-se a luta para impedir que madeiras e o agronegócio destruam ainda mais o meio ambiente, comprometendo o futuro de toda a nossa nação.

*Raimundo Borges Cordeiro A. Filho -
Sind. Metroviários SP*

Emenda 51 - aditiva

É na reação violenta do latifúndio, das madeiras e do agronegócio, a esta justa e legítima luta dos trabalhadores e trabalhadoras no campo, que se encontra a explicação para mais uma escalada de assassinatos como a que assistimos neste momento no norte do país. A mesma violência é utilizada pelo latifúndio contra as comunidades quilombolas espalhadas pelas várias regiões do país.

Vânia Maria Gonçalves - Sind. Metroviários SP

Emenda 52 - aditiva

Nas cidades a população pobre segue ocupando terrenos e lutando por moradia e condições dignas de vida, sendo que neste momento também precisam enfrentar as remoções e desocupações devido as grandes obras da Copa e Olimpíadas.

*Willian Douglas Gomes Martins -
Sind. Metroviários SP*

Emenda 53 - aditiva

Na verdade o que ocorre é que os trabalhadores querem a solução de uma contradição gritante que vivemos em nosso país. Apesar da grave crise que persiste na economia mundial, o Brasil viveu e ainda atravessa um momento de crescimento importante na sua economia, como, aliás, as autoridades governamentais não se cansam de repetir.

Beatriz Fernandes Pereira - Sind. Metroviários SP

Emenda 54 - aditiva

Os lucros das grandes empresas e bancos aqui instalados vivem um crescimento vertiginoso, é recorde sobre recorde. Mas e a nossa parte? Onde ficam os trabalhadores e trabalhadoras nisto tudo?

*Antônio Carlos Freire Antunes -
Sind. Metroviários SP*

Emenda 55 - aditiva

As empresas aumentam o ritmo de trabalho, impõem jornadas estafantes, aumentando os acidentes e doenças do trabalho. Autoridades do governo dizem que é preciso segurar os aumentos dos salários por causa da inflação, o que soa como música nos ouvidos dos empresários.

Edgard Balestro - Sind. Metroviários SP

Emenda 56 - aditiva

Os governos, federal, dos estados e municípios, dizem que não há recurso para aumentar o investimento na saúde,

na educação, na moradia e no transporte.

Caio Peretti dos Santos - Sind. Metroviários SP

Emenda 57 - aditiva

Por isso a população, particularmente nas grandes cidades, sofre com a situação caótica em que se encontra a saúde e a educação públicas, o transporte é caro e de baixa qualidade, o preço da água, da luz, do telefone, tudo sobe mais que os salários.

Messias Justino dos Santos - Sind. Metroviários SP

Emenda 58 - aditiva

Não há recursos para a reforma agrária e para uma política agrícola de apoio ao assentado. Não há recursos para a regularização da posse da terra e apoio às comunidades quilombolas. E voltamos a ouvir autoridades falar em cortes na previdência social, em manter o fator previdenciário ou trocar pelo fator 85/95, o que daria no mesmo.

Margarete Geralda Arantes - Sind. Metroviários SP

Emenda 59 - aditiva

A política econômica definida pelo governo federal acaba de levar a um corte de 50 bilhões nos gastos com políticas públicas no orçamento deste ano. Enquanto isso, esta mesma política econômica assegura uma ajuda a grandes empresas que, em benefícios e isenções fiscais, transferiram a elas, só no ano passado, 144 bilhões de reais, conforme informações do TCU (Tribunal de Contas da União).

José Carlos dos Santos - Sind. Metroviários SP

Emenda 60 - aditiva

Mais de 40 bilhões é a previsão inicial de gastos com as grandes empreiteiras, para as obras da Copa e das Olimpíadas. Entre 1 de janeiro e 17 de junho deste ano (2011) o governo federal já gastou 364 bilhões de reais com juros e amortizações da dívida externa e interna (51% de todos os gastos do governo neste mesmo período!

Celso dos Santos Martins - Sind. Metroviários SP

Emenda 61 - aditiva

É dinheiro que sai da educação, da saúde, da moradia, da reforma agrária, para aumentar os lucros dos bancos e grandes especuladores. Ou seja, não há falta de recursos.

Celso Trapaga Borba - Sind. Metroviários SP

Emenda 62 - aditiva

Você já imaginou o que poderia ser feito com todo esse dinheiro que é dado aos bancos e grandes empresas, se fosse usado para melhorar a educação, saúde pública, reforma agrária, moradia, o salário dos servidores e o próprio serviço público, enfim, para melhorar a vida do povo?

Letícia Prado Ventura - Sind. Metroviários SP

Emenda 64 - aditiva

Quanto poderia melhorar, nos salários e condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, com esses lucros enormes que as grandes empresas tem tido?

Alex Adriano A. Fernandes - Sind. Metroviários SP

Emenda 65 - aditiva

No entanto, tanto a ganância dos patrões, como a política econômica que vem sendo praticada pelos governos (federal, estaduais e municipais) faz com que a riqueza produzida pelo crescimento do país fique toda com as grandes empresas e os bancos. Para o povo, só o que conseguirmos arrancar com a nossa luta.

José Ivan Spinardi - Sind. Metroviários SP

Emenda 66 - aditiva

Por isso as entidades e movimentos que assinam este manifesto conclamam toda a classe trabalhadora e a juventude do nosso país para que unamos as nossas lutas e os nossos esforços, para aumentar a pressão sobre os empresários e sobre os governos (federal, estaduais e municipais).

Ronaldo Campos de Oliveira (Pezão) - Sind. Metroviários SP

Emenda 67 - aditiva

Essa desigualdade e essa injustiça não podem continuar. E a forma de mudar esta situação, para priorizar os interesses do povo trabalhador, é a nossa luta.

Dagnaldo Gonçalves Pereira - Sind. Metroviários SP

Emenda 68 - aditiva

Podemos e devemos nos inspirar na luta dos povos do norte da África e dos trabalhadores e trabalhadoras da Europa. Vamos às ruas cobrar as mudanças necessárias para melhorar a vida do povo trabalhador.

Alex Santana Vieira - Sind. Metroviários SP

Emenda 69 - aditiva

Por isso propomos as seguintes reivindicações:

Tiago Marcelino Pereira - Sind. Metroviários SP

Emenda 70 - aditiva

Defesa da aposentadoria e da previdência pública – fim do fator previdenciário

Contra a adoção de idade mínima e o fator 85-95, que mantém o sacrifício dos trabalhadores e trabalhadoras. Recomposição do valor das aposentadorias. Contra a redução da contribuição patronal para o financiamento da previdência social.

Marcelo Alves Oliveira - Sind. Metroviários SP

Emenda 71 - aditiva

Contra a PEC 233. Contra os fundos de aposentadoria complementar, pois significam a privatização da previdência.

Narciso Fernandes Soares - Sind. Metroviários SP

Emenda 72 - aditiva

Aumento geral dos salários

Reposição da perda inflacionária e aumento real dos salários/ Congelamento dos preços dos alimentos e tarifas públicas.

*Fernanda Valeska B. Cavalcanti -
Sind. Metroviários SP*

Emenda 73 - aditiva

Redução da jornada de trabalho sem redução salarial

Rafael Borguin Eustáquio - Sind. Metroviários SP

Emenda 74 - aditiva

Contra os cortes do orçamento

André Soares Inocêncio - Sind. Metroviários SP

Emenda 75 - aditiva

Defesa do serviço público e dos direitos sociais do povo brasileiro. Combate à corrupção

Mais verba para saúde, educação, moradia, transporte público e reforma agrária. Fim dos subsídios e isenções fiscais às grandes empresas. Confisco dos bens e prisão para todos os corruptos e corruptores.

*Rodrigo Armando da Silva (Puff) -
Sind. Metroviários SP*

Emenda 76 - aditiva

Suspensão do pagamento da dívida externa e interna aos grandes especuladores

Auditoria da dívida externa e interna. Fim do superávit primário.

Antonio Takahashi - Sind. Metroviários SP

Emenda 77 - aditiva

Em defesa da educação e da saúde pública

Aplicação imediata de 10% do PIB na educação pública. Implementação imediata do piso nacional dos professores, com 1/3 da jornada em atividade extra-classe. Mais verbas para a saúde pública. Contra a reedição da “MP 520”, que abre caminho para privatizar os hospitais universitários.

*Sérgio Renato da Silva Magalhães -
Sind. Metroviários SP*

Emenda 78 - aditiva

Em defesa dos(as) servidores(as) públicos(as)

Apoio às reivindicações dos(as) servidores(as) públicos(as). Defesa do direito de negociação coletiva. Contra as restrições ao direito de greve, seja dos(as) trabalhadores(as) da iniciativa privada, seja do serviço público.

Nilson Alves da Silva - Sind. Metroviários SP

Emenda 79 - aditiva

Em defesa do direito à moradia digna / terra para quem nela trabalha - reforma agrária já

Contra as remoções e os despejos, agravados com os mega eventos – copa do mundo e olimpíadas. Em defesa da reforma agrária e condições dignas de trabalho no campo. Em defesa das reivindicações das comunidades quilombolas.

Paulo Otávio Alves de Almeida - Sind. Metroviários SP

Emenda 80 - aditiva

Nenhum direito a menos – contra a precarização do trabalho

Contra a flexibilização da CLT. Contra a terceirização. Combate aos acidentes e ambientes insalubres no trabalho. Combate a todas as formas de trabalho escravo e em condições análogas à escravidão. Combate a todas as formas de assédio moral.

Airton Lima Galvão Pereira - Sind. Metroviários SP

Emenda 81 - aditiva

Contra as privatizações e PPPs – defesa do patrimônio e dos recursos naturais do Brasil

Contra a 9ª rodada de leilões do Petróleo. Petrobrás 100% estatal. “Todo o petróleo tem de ser nosso”. Apoio à campanha “o minério tem de ser nosso”. Contra a privatização dos metrô, ferrovias e aeroportos.

Marcelo Paroche Irene - Sind. Metroviários SP

Emenda 82 - aditiva

Contra a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais

Lutar é um direito, não é crime. Basta de assassinatos no campo – prisão de assassinos e mandantes.

Flávio Rogério Gomes dos Santos - Sind. Metroviários SP

Emenda 83 - aditiva

Contra toda forma de discriminação e opressão

Combate a toda forma de discriminação, seja homofóbica, sexista, racial, ou aos portadores de necessidades especiais.

Alexandre Carvalho Leme – Sind. Metroviários SP

Movimento Sindical

Emenda 84 - substitutiva do parágrafo 33

Nos últimos anos, os trabalhadores metroviários têm atuado com proximidade com o movimento sindical internacional, principalmente com outras categorias da América Latina, participamos de 3 Congressos da FUTAC – Federação Unitária de Transporte da América Latina e Caribe (organização regional da União Internacional de Sindicatos de Trabalhadores em Transporte), e de uma Conferência de Saúde no Trabalho promovida pelo Sindicato de Transporte Urbano de Nova York e a Federação de Ferroviários da Venezuela, organizações ligadas à Federação Sindical Mundial – FSM.

Xavier – SP

Emenda 85 - aditiva ao parágrafo 33

Estas atuações, tem fortalecido nossos laços nas lutas internacionais contra o modelo neoliberal, que ataca os direitos dos trabalhadores e privatiza todos os serviços de transportes nos países onde conseguem implementar seu ideário. Tem sido também um instrumento importante na unidade de ação contra os desmandos do capital internacional.

Salaciel – SP

Emenda 86 - aditiva ao parágrafo 33

É com base na constatação de que é necessário fortalecer a organização internacional dos trabalhadores contra a lógica capitalista e em defesa dos direitos dos trabalhadores, o 4º Congresso Nacional dos Metroviários aprova a filiação da Fenametro à União Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Transporte - UIS-Transporte.

Wagner Fajardo – SP

Emenda 87 - aditiva ao parágrafo 33

A UIS- Transporte incorpora organizações que desenvolvem lutas importantes em seus países, tais como portuários da Grécia, ferroviários e metroviários de Portugal, trabalhadores em transporte do Reino Unido, Confederação dos trabalhadores de transporte do Chile, Associação dos trabalhadores de transporte urbano do Uruguai, além de organizações sindicais do Chipre, Índia, Peru, Equador, Colômbia, Cuba, Venezuela, Congo, Síria, Sudão, Vietnã, Turquia, entre outros.

Antonio Borges –delegado base SP

Emenda 88 - Aditiva

O que é o Imposto Sindical? Como o IPVA e o IPTU, que os metroviários pagam compulsoriamente, o imposto sindical também é recolhido obrigatoriamente. O imposto sindical (ou contribuição sindical) é um tributo criado por decreto de Getúlio Vargas em 1939. Ele corresponde ao desconto de um dia de trabalho e acontece no mês de março.

Antônio Carlos Freire Antunes - Sind. Metroviários SP

Emenda 89 - Aditiva

O imposto sindical tem a seguinte distribuição: 60% a Sindicato, 15% à federação e 5% a Confederação e 20% ao Ministério do Trabalho e Emprego que faz o repasse ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Edgard Balestro - Sind. Metroviários SP

Emenda 90 - Aditiva

O Sindicato dos Metroviários de São Paulo devolveu o Imposto Sindical nesta Campanha Salarial, que cabia oficialmente ao sindicato, ao próprio trabalhador diretamente no holerite. Fato inédito na história dos metroviários de São Paulo.

Caio Peretti dos Santos - Sind. Metroviários SP

Emenda 91 - Aditiva

A bandeira histórica de parte importante do movimento sindical brasileiro contra o imposto sindical permanece mais atual que nunca. O Imposto Sindical mascara uma relação que perpetua a ingerência do estado nas atividades sindicais.

Messias Justino dos Santos - Sind. Metroviários SP

Emenda 92 - Aditiva

Ao mesmo tempo temos que buscar junto com os trabalhadores, alternativas de financiamento da luta dos próprios trabalhadores, mas não uma imposição do estado que assim mantém uma enormidade de diretorias sindicais fantasmas interessadas apenas no dinheiro do Imposto.

Celso dos Santos Martins - Sind. Metroviários SP

Emenda 93 - Aditiva

Propomos um debate dentro da Fenametro e com a base dos metroviários acerca do tema “Imposto Sindical” e só depois tomarmos deliberações para que esta seja uma discussão acumulada entre todos os companheiro(a)s.

José Carlos dos Santos - Sind. Metroviários SP

Balanço da Fenametro

Emenda 94 - aditiva

O IV Congresso da FENAMETRO ocorrerá num momento histórico singular em que pela primeira vez uma mulher assume a Presidência da República. Contexto que ganha maior relevância considerando sua origem do campo de esquerda, cujas raízes se fundam no processo de resistência ao regime da ditadura civil-militar que perdurou no país por 25 longos anos.

Eduardo Pacheco – SP – CUT

Emenda 95 - aditiva

Também é relevante o fato de que, neste contexto, consolida-se uma disputa político-ideológica em torno do modelo de desenvolvimento para o país. O projeto em curso desde a eleição de Lula em 2002, fez com que o Brasil andasse na contra mão do que pregavam os grandes capitalistas, onde crescemos significativamente com distribuição de renda, inclusão social e democracia.

Marlene Furino – SP – CUT

Emenda 96 - aditiva

“Parágrafo 40, após a frase... principalmente em Recife, Belo Horizonte e Rio Grande do Sul” **onde predomina a política de estadualização desses sistemas que levaram ao sucateamento das empresas e ao arrocho salarial dos trabalhadores.**

*Jose Roberto Gonçalves da Silva -
Metroviário de Pernambuco*

Emenda 97 - aditiva ao parágrafo 47

Frente a decisão de não se filiar a nenhuma das centrais sindicais existentes no país e a Fenametro não ter todas as prerrogativas jurídicas de entidade sindical nacional – por exemplo entrar com Ações Diretas de Inconstitucionalidade que o STF só aceita Confederações ou Centrais Sindicais – e a necessidade de uma articulação mais ampla dos trabalhadores em transporte, o 4º Congresso, aprova a filiação à única entidade regulamentada no país, que dispõe destas prerrogativas no nosso setor, que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre – CNTTT.

*Wagner Fajardo – SP; Salaciel – SP; Xavier – SP;
Jeanice – SP; Ronaldo – RJ; Tião – RJ; Schuster – RS;
Cassiano – DF; Sueli – PE; Joaquim – CE; Daniel - PI*

Emenda 98 - aditiva

Segurança pública metroviária

Não é de hoje que este tema nos é muito caro e, com reservas por parte dos movimentos sociais, acaba não sendo discutido a contento. Uma grande iniciativa por parte da Fenametro foi o Seminário realizado, que apresentou um verdadeiro raio X das condições deste seguimento metroviário pelos estados, embora nenhuma das resoluções daquele encontro tenha sido colocada em prática nos sindicatos, muito menos na Federação. Por esta razão, proponho que seja aprovada uma Comissão Permanente Para Assuntos De Segurança Pública Metroviária que acompanhe o tema, fazendo estudos e levantamentos na busca de melhorias das condições de trabalho bem como, apresentar propostas aos governos para tal.

Dalvilson Policarpo - Dir. Fenametro

A Situação do Setor de Transporte e as Políticas de Privatização

Emenda 99 - aditiva

Com eventos importantes chegando à cidade do Rio como: a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, as questões ligadas aos transportes de massa ganharam maior visibilidade a nível nacional, colocando na pauta do dia a necessidade de um projeto de transporte mais acessível e de qualidade para toda a população urbana.

Hoje, o Metrô do Rio de Janeiro considerado vital e estratégico para a interação da cidade, mas o acesso da população usuária aos espaços urbanos da região metro-

politana do Rio de Janeiro ainda não está acessível para todos, evidenciando a urgência para que ele se torne um transporte mais universal, barato e de qualidade, servindo inclusive de exemplo para outros modais.

Antonio Luis da Silva – Simerj - Rio de Janeiro

Emenda 100 - aditiva

A situação dos outros metrô do Brasil não é diferente, hoje, os usuários dos estados que possuem o modal metrô buscam, também, um serviço de qualidade e acessível para todos.

O processo de privatização dos metrô iniciado no Rio de Janeiro, através da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro, já se alastra para São Paulo com a operação da Linha 4, fixando-se mais uma vez, a lógica de visar apenas o lucro.

Ronaldo – Simerj - Rio de Janeiro

Emenda 101 - aditiva

Os direitos dos trabalhadores metroviários também foram afetados por essa lógica de mercado, por isso, se faz necessário criar condições e ferramentas que fortaleça a categoria metroviária para o enfrentamento dessa nova realidade.

Somente com o fortalecimento da categoria será possível combater as privatizações dos metrô no Brasil.

Sebastião – Simerj - Rio de Janeiro

Emenda 102 - aditiva

A aprovação do projeto que regulamenta a profissão metroviária é um passo importante na busca do fortalecimento dos metroviários, hoje, se faz necessário uma grande mobilização da categoria, em todos os estados, no sentido de aprovar o projeto de lei.

Uma alternativa seria colher abaixo assinado, com assinaturas em todos os estados onde há metrô como forma de pressionar os parlamentares. Outro fator importante para o fortalecimento da categoria é a inclusão no projeto de regulamentação da profissão de um piso salarial nacional, como forma de balizar e diminuir as distorções existentes dentro do segmento metroviário.

Ariston - Simerj - Rio de Janeiro

Emenda 103 - aditiva

Linha 4-Amarela do metro de São Paulo. Pela incorporação dos trabalhadores da linha-4 a vida metroviária.

Lamentavelmente, São Paulo convive hoje com duas categorias metroviárias distintas, tanto em direitos como em representação.

Marcelo Alves Oliveira – Sind. Metroviários SP

Emenda 104 - aditiva

A Fenametro deve sustentar de maneira firme, uma posição contrária a qualquer concessão de transporte público à iniciativa privada e defender o fim imediato da concessão da Linha 4-Amarela, bem como a incorporação dos trabalhadores da ViaQuatro à Cia. do Metropolitano de São Paulo.

Rafael Borquin Eustáquio – Sind. Metroviários SP

Emenda 105 - aditiva

Além disso, é necessária uma campanha para evitar a divisão das bases de representação que visem apenas a contribuição financeira de trabalhadores de eventuais

empresas concessionárias e não procurem criar a unidade classista, assim como é o sindicato que atualmente representa os metroviários da Linha 4-Amarela e negligencia as suas lutas.

André Soares Inocêncio – Sind. Metroviários SP

Emenda 106 - aditiva

A Fenametro, passara a aceitar a participação dos trabalhadores da Linha-4 em suas atividades, mesmo não sendo o sindicato oficial. Aceitando a filiação de algum agrupamento de oposição que por ventura venha a surgir.

Antonio Takahashi – Sind. Metroviários SP

Emenda 107 - aditiva

Por modais que deixem legados, gerem empregos e com custos sociais

As PPP's permitem que empresários desfrutem dos recursos governamentais, apresentando projetos de transportes desconfortáveis, inseguros, agressivos urbanisticamente e que não atendem os anseios da população.

Paulo Otávio Alves de Almeida – Sind. Metroviários SP

Emenda 108 - aditiva

Meios de transportes como VLTS, BRTS e Monotrilhos, são de baixa capacidade de transporte e não atendem as demandas de uma megalópole como São Paulo. As recentes licitações revelam um verdadeiro monopólio de poucas empresas que possuem as tecnologias apresentadas como “novas soluções” para a mobilidade urbana, além de acelerar a globalização do desemprego e do trabalho temporário.

Nilson Alves da Silva

Emenda 109 - aditiva

O Monotrilho que ligará a Vila Prudente à Cidade Tiradentes, por exemplo, não atende a demanda, operará sem condutor e deverá adotar o sistema de sinalização CBTC, que tem apresentado vários problemas, colocando em risco a população.

Airton Lima Galvão Pereira Paulo Almeida – SP

Emenda 110 - aditiva

Transferência de tecnologia em todos os postos de trabalho

Com a “invasão” de empresas multinacionais no setor metroferroviário, poucos trabalhadores obtêm o acesso às novas tecnologias. Convivemos recentemente com empresas como Alstom, CAF, Bombardier, Scomi...

Flávio Rogério Gomes dos Santos

Emenda 111 - aditiva

Os trabalhadores destas empresas detêm informações como programas de CLP e códigos que os metroferroviários não tem acesso, excluindo a mão de obra estatal.

Alexandre Carvalho Leme

Emenda 112 - aditiva

Abrir um debate sobre o papel da Fenametro e dos sindicalistas dentro do Conselho das Cidades, parte do Ministério das Cidades.

Este debate tem suma importância para entendermos a necessária independência e firmeza da defesa dos trabalhadores e da população independente de governos e patrões.

*Paulo Roberto Veneziani Pasin –
Sind. Metroviários SP*

Emenda 113 - aditiva

Quem é o ministro das Cidades do Governo Dilma? É o Sr. Mário Negromonte. Foi deputado estadual na Bahia, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), de 1991 a 1995, exceto pelo período de 1993 a 1994, quando esteve licenciado para ser secretário de Transportes de Salvador (BA), durante a administração

de Lídice da Mata.

*Raimundo Borges Cordeiro A. Filho –
Sind. Metroviários SP*

Emenda 114 - aditiva

Negromonte era filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mas, durante o mandato iniciado em 2003, ele foi para o Partido Progressista Brasileiro (PPB), que mais tarde passou a se chamar Partido Progressista (PP).

Vânia Maria Gonçalves – Sind. Metroviários SP

Emenda 115 - aditiva

Na segunda gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Negromonte foi líder do PP na Câmara. Antes, foi vice-líder do PSDB (1997-2001), e vice-líder do PP (2005-2006).

*Willian Douglas Gomes Martins –
Sind. Metroviários SP*

Emenda 116 - aditiva

Foi eleito deputado estadual nas eleições 2010 pelo PP da Bahia. Advogado, é também empresário da construção civil em Paulo Afonso (BA).

Beatriz Fernandes Pereira – Sind. Metroviários SP

Mulheres

Emenda 117 - aditiva

A mulher trabalhadora e o governo Dilma
Em 2011, pela primeira vez na história do Brasil, uma mulher assumiu a presidência do país. Junto com ela o maior numero de ministras mulheres que já houve. Isso é significativo em um país onde, a cada 2 horas, a violência machista mata uma mulher e a cada minuto, cinco mulheres sofrem algum tipo de agressão.

José Ivan Spinardi – Sind. Metroviários SP

Emenda 118 - aditiva

Sobre a mulher trabalhadora
Infelizmente da posse de Dilma até agora as estatísticas de violência à mulher não mudaram, só no 1º semestre de 2011 foram registrados 30.702 casos na Secretaria de Políticas para as Mulheres. Ao mesmo tempo o Brasil continua sendo um dos países de maior desigualdade salarial entre homens e mulheres, só perde para países Africanos.

*Ronaldo Campos de Oliveira (Pezão) –
Sind. Metroviários SP*

Emenda 119 - aditiva

Violência à mulher no transporte

Casos de violência se proliferam no transporte público. Assédios físicos e morais são banalizados por piadas em programas humorísticos de TV. Acreditamos que a sociedade machista que vivemos a impunidade aos agressores, a falta de funcionários, a superlotação e a banalização das agressões são os fatores que levam ao aumento dos casos de violência.

*Fernanda Valeska B. Cavalcanti –
Sind. Metroviários SP*

Emenda itiva

Violência à mulher

Em 2006 foi aprovada a Lei Maria da Penha que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar. Entretanto, no ano seguinte foram reduzidos em 42% os recursos previstos para o Programa de Combate a Violência contra a Mulher. É fundamental que Dilma invista na segurança da mulher.

Alex Santana Vieira – Sind. Metroviários SP

Emenda 121 - aditiva

A mulher trabalhadora

Dados apontam para diversas necessidades da mulher trabalhadora como: ampliar o número de vagas de creche para menores de 3 anos (8 milhões de vagas pelo Plano Nacional de Educação). Ampliação da licença Maternidade para 180 dias. combate a violência contra as mulheres e a terceirização e precarização que emprega maior número de mulheres com salários e direitos reduzidos.

*Alexandre Carvalho Leme –
Sind. Metroviários SP*

Emenda 122 - aditiva

É necessário travar lutas contra opressão e que expresse as demandas dos setores oprimidos, junto com a luta contra a exploração.

180 dias licença gestante

Creche para todos(as)

Contra a violência às mulheres

Trabalho igual, salário igual

Punição aos agressores

Construção de casas abrigo

Construção de centros de referência

Igualdade de direitos

Fim da discriminação, opressão e exploração

Narciso Fernandes Soares – Sind. Metroviários SP

Questão racial

Emenda 123 - aditiva

Luta pela democracia racial

Lutar pelas reivindicações históricas dos movimentos negros nas políticas de inclusões sociais, que garantam oportunidades iguais sem distinção de raça buscando a unidade de classe. Como dizia o líder negro norte-americano Malcolm X “não há capitalismo sem racismo”

Celso Trapaga Borba – Sind. Metroviários SP

Emenda 124 - aditiva

Luta contra a opressão racial

Dentro do conjunto da classe trabalhadora, homens negros e mulheres negras, são os que, em maior grau exercem os serviços mais precarizados e recebem os menores salários. A situação do negro hoje, está ligada ao processo histórico de exploração via escravidão, a

falta de políticas de inserção na sociedade, bem como ao modelo econômico capitalista, adotado até hoje

Letícia Prado Ventura – Sind. Metroviários SP

Emenda 125 - aditiva

Situação da população negra

Os negros são a maioria da população marginalizada, ocupando as piores condições de moradia: favelas, morros, palafitas, cortiço etc... Falta aos negros (as) o acesso a educação, a qualificação profissional e aos serviços de saúde pública. Os maiores números nas estatísticas de mortes por causas violentas são de jovens negros.

São necessárias políticas de inclusão social e racial.

*Alex Adriano A. Fernandes –
Sind. Metroviários SP*

Homofobia

Emenda 126 - aditiva

Contra a homofobia

A opressão e a exploração andam de mãos dadas. Entendemos que um trabalhador ou trabalhadora que sofre discriminação pelo simples fato de ser homossexual precisa encontrar no seu sindicato um ponto de apoio

para a sua defesa.

A homofobia tem feito várias vítimas, não nos calamos frente a isso e exigimos punição aos agressores e a criminalização da homofobia.

*Margarete Geralda Arantes –
Sind. Metroviários SP*

Plano de Lutas

Emenda 127 - aditiva

O movimento sindical tem um papel preponderante na conjuntura nacional e internacional e não pode em hipótese alguma se omitir ou ficar subordinado ao jogo político-partidário. Mas aqui no Brasil temos de avançar muito em nossa organização e esse deve ser o objetivo principal desse Congresso. Devemos organizar nossas reivindicações entre bandeiras de luta da sociedade com aquelas de organização sindical e em defesa de um transporte público de qualidade para o sistema metroferroviários:

Eduardo Pacheco – SP - CUT

Emenda 128 - aditiva

Reforma política, Reforma tributária, Reforma agrária
Fim do fator previdenciário, Fim da violência na área rural, 10% do PIB para educação, Trabalho decente;

Liberdade e Autonomia sindical, Negociação coletiva no setor público, Fim da rotatividade, Combate a terceirização, Fim do Imposto Sindical, Redução da jornada de trabalho, Direito de greve

Não as privatizações, concessões e terceirizações no setor, Contrapartida social no financiamento público, Regulamentação profissional

Marlene Furino – SP - CUT

Emenda 129 - aditiva

A Fenametro apoiara política e financeiramente a luta dos funcionários da CBTU em defesa do cumprimento lei

nº 8186/91, que garante a complementação da aposentadoria dos metroviários e ferroviários ligados a CBTU e que foram admitidos ate 21 de maio de 1991.

A Fenametro desenvolvera ações conjuntas com a Federação Nacional Independente dos Trabalhadores Sobre Trilhos (FNITST) na luta em defesa do transporte sobre trilhos no Brasil.

*Jose Roberto Gonçalves da Silva –
Metroviário de Pernambuco.*

Emenda 130 - aditiva

Para fortalecer a solidariedade e luta contra as políticas de transferir aos trabalhadores os efeitos da crise do capitalismo internacional, a Fenametro e os Sindicatos dos Metroviários brasileiros devem se incorporar a jornada de luta que esta sendo chamada pela UIS Transporte, no dia 03 de outubro, desenvolvendo ações unitárias, com panfletagens contra os processos de privatização dos sistemas metroferroviários em nosso país, assim como o uso de um adesivo “metroviários contra a privatização e em defesa dos direitos dos trabalhadores de todo o mundo”.

Xavier – SP

Emenda 131 - aditiva

Contra contratos temporários.

Contra qualquer forma de precarização de emprego através de contratos, como no caso dos PETS.

Paulo Almeida - SP

Alterações Estatutárias

Emenda 132

Inclusão de parágrafo 5º no artigo 9º e de inclusão do artigo 28º no estatuto

Artigo 9º

Parágrafo 5º - Os delegados ao congresso da Fenametro serão eleitos por todos os meios democráticos, garantindo-se igualdade de tratamento entre os candidatos, no que diz respeito a propaganda eleitoral e fiscalização em todas as etapas do processo desde a coleta de votos ate a apuracao.

Art. 28º - A Fenametro prestará contas das suas

atividades políticas desenvolvidas e de execução orçamentária anualmente, ao final de cada ano.

Jose Roberto Gonçalves da Silva - Metroviário de Pernambuco.

Emenda 133

Suprimir letra “c” do Parágrafo 4º, tirando a figura dos delegados natos, hoje são no mínimo 32 natos, a segunda maior delegação ao Congresso.

Diretoria do Sindicato dos Metroviários de SP